

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2016.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária,

variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE - Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial” quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(x) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto,

estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2015	2014
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2015 e 2014, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2015	2014	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,9048	2,6562	47,0%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,3876	2,3599	43,5%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010– 2012 (*)	Alterações em diversas normas.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011– 2013 (*)	Alterações em diversas normas.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 do CPC (Deliberação CVM nº 728/14) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2015. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em exercícios subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações financeiras consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Data efetiva das alterações às normas IFRS 10 e IAS 28 (emitida em 17 de dezembro de 2015) (*)	A adoção inicial obrigatória referente às alterações das normas IFRS 10 e IAS 28 relacionadas com a determinação do ganho ou da perda com transações com empreendimentos controlados em conjunto ou com coligadas foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.	Adoção obrigatória foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 16 – Arrendamentos (*)	A norma introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida quando a norma IFRS 15 for adotada.
Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 7) (*)	<p>As entidades deverão divulgar as seguintes mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento (na extensão necessária): (i) mudanças de fluxos de caixa de financiamento; (ii) mudanças decorrentes da aquisição ou perda de controle de controladas ou outros negócios; (iii) efeito das mudanças nas taxas de câmbio; (iv) mudanças nos valores justos; e (v) outras mudanças.</p> <p>O IASB define os passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "cujos fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento". O IASB destaca que os novos requerimentos de divulgação estão também relacionados com mudanças nos ativos financeiros quem atendem à mesma definição.</p> <p>As alterações dispõem que uma forma de cumprir a nova exigência é através de uma reconciliação entre os saldos iniciais e finais dos referidos passivos resultantes de atividades de financiamento. As variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das mudanças de outros ativos e passivos.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (*)	<p>As alterações esclarecem que as perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e que são mensurados ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente do titular do instrumento de dívida recuperar o valor contábil do instrumento de dívida pela venda ou utilização.</p> <p>O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis.</p> <p>As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem as deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis.</p> <p>Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal limitar a utilização de prejuízos fiscais, uma entidade deveria avaliar um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos de mesma natureza.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de

manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Operações compromissadas (*)	-	-	41.461	67.158
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	1.234	2.923
Depósitos no exterior	-	-	126.725	83.701
Depósitos em contas correntes	470	1.191	24.248	21.498
	-----	-----	-----	-----
	470	1.191	193.668	175.280
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2015	2014
Fundo de investimento – US\$	66.588	30.887
Depósito restrito	2.000	1.360
	-----	-----
	68.588	32.247
	=====	=====

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2015	2014
Clientes no mercado interno	449.329	510.533
Clientes no mercado externo	170.464	117.531
Operadoras de cartão de crédito	4.119	18.221
Partes relacionadas		
Mercado interno	1.055	4.865
Mercado externo	3.930	7.272
	-----	-----
	628.897	658.422
Provisão para devedores duvidosos	(38.567)	(35.809)
	-----	-----
	590.330	622.613
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos

pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 31 de dezembro de 2015, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$6.815 (R\$20.856 em 31 de dezembro de 2014), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$2.697 (R\$2.635 em 31 de dezembro de 2014) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 74 dias (80 dias em 31 de dezembro de 2014). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2015 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2015	2014
A vencer	523.144	553.431
Vencidas até 30 dias	25.285	34.496
Vencidas de 31 a 60 dias	13.500	7.420
Vencidas de 61 a 90 dias	2.322	6.393
Vencidas de 91 a 180 dias	4.600	6.254
Vencidas de 181 a 360 dias	7.757	3.888
Vencidas acima de 360 dias	52.289	46.540
	-----	-----
	628.897	658.422
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	(35.809)	(29.619)
Adições	(2.385)	(6.671)
Baixas	338	597
Variação cambial	(711)	(116)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(38.567)	(35.809)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2015	2014
Matéria-prima e secundários	193.976	203.835
Produtos em elaboração	188.753	150.771
Produtos acabados	308.527	260.839
Peças de reposição	74.572	75.218
	-----	-----
	765.828	690.663
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	2014	Adições	Baixas	Variação cambial	2015
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	-	-	(1.313)
Produtos acabados	(1.101)	(8.671)	229	(700)	(10.243)
Peças de reposição	(1.099)	(336)	-	(30)	(1.465)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(3.513)	(9.007)	229	(730)	(13.021)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2015	2014	2015	2014
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A.	1.068.500	52,92	22.464	565.401	570.474	11.887	(15.027)
Oxford Comércio e Participações S.A. (1)	213.334	63,37	(17.929)	135.190	146.606	(11.298)	488
Coteminas International Ltd.	17.183	100,00	(6.115)	17.183	27.185	(6.115)	(2.033)
Companhia Tecidos Santanense	250.550	2,07	(21.051)	5.186	5.622	(436)	20
Coteminas (Sucursal Argentina)	(68)	100,00	(34)	(68)	(41)	(34)	(24)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				722.892	749.846	(5.996)	(16.576)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A. (3)	185.927	27,50	(160.946)	51.130	86.995	(44.258)	(42.764)
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	199.150	30,40	(93.132)	60.541	88.854	(28.312)	(2.925)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				111.671	175.849	(72.570)	(45.689)
						-----	-----
Resultado de equivalência - controladora						(78.566)	(62.265)
						-----	-----
Investimentos em coligadas (indireto) (2):							
Cantagalo General Grains S.A.	185.927	1,68	(160.946)	3.131	-	(958)	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – consolidado				114.802	175.849	(73.528)	(45.689)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de outubro de 2014, foi aprovada a aquisição de 1.518.862 ações ordinárias de emissão da Oxford Comércio e Participações S.A. pelo valor de R\$15.918, com base em 30 de setembro de 2014. A Companhia, após essa aquisição, passou a deter 63,37%.

(2) Em 26 de janeiro e 2 de outubro de 2015, a controlada Coteminas International Ltd. adquiriu participação na coligada Cantagalo General Grains S.A. pelo valor de R\$18.927, apurando ágio no valor de R\$14.922, registrado em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

(3) Em 21 de outubro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que as coligadas direta Cantagalo General Grains S.A. ("Cantagalo") e indireta CGG Trading S.A. ("CGG") assinaram com a Sojitz Corporation acordo de investimento pelo qual, após cumpridas certas condições precedentes, a Sojitz subscreverá aumento de capital, passando a deter aproximadamente 5% da Cantagalo e 43% do capital social da CGG. Em decorrência do referido acordo, em 19 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital naquela coligada no valor de R\$16.082. Em 31 de janeiro de 2014, foi subscrito e integralizado aumento de capital na Cantagalo, juntamente com a Sojitz e outros acionistas, passando a Companhia a deter 27,50% de seu capital social.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2015	2014	2015	2014
Springs Global Participações S.A.	1.068.500	47,08	22.464	503.050	507.563	10.577	(13.372)
Oxford Comércio e Participações S.A.	213.334	36,63	(17.929)	78.144	84.744	(6.530)	454
Companhia Tecidos Santanense	250.550	12,02	(21.051)	30.116	32.645	(2.532)	118
Springs Canada Holdings, LLC	83.748	12,50	904	10.468	7.684	113	(706)
Total dos acionistas não controladores				621.778	632.636	1.628	(13.506)

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A.(1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	2015	2014	2015	2014
Ativos circulantes	1.295.684	971.084	180.803	249.297
Ativos não circulantes	1.013.863	854.966	402.780	434.087
Total dos ativos	2.309.547	1.826.050	583.583	683.384
Passivos circulantes	1.369.242	619.453	189.795	223.068
Passivos não circulantes	539.157	734.519	173.637	142.644
Total dos passivos	1.908.399	1.353.971	363.432	365.712
Patrimônio líquido – Controladora	185.927	316.355	199.150	292.282
Receita líquida	4.620.879	3.059.653	396.435	563.973
Prejuízo do exercício - Controladora	(160.946)	(155.497)	(93.132)	(9.622)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda., CGG Trading S.A. e Belarina Alimentos S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

8. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	2015			2014
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	6,6	68.494	(23.278)	45.216	55.083
Edifícios	2,4	485.985	(207.107)	278.878	285.431
Instalações	5,4	284.545	(180.897)	103.648	112.149
Máquinas e equipamentos	5,2	1.333.726	(950.446)	383.280	383.958
UHE - Porto Estrela (ii)	3,8	37.552	(13.722)	23.830	25.247
Usinas (CTS)	3,9	17.236	(8.422)	8.814	7.933
Móveis e utensílios	9,7	52.732	(34.738)	17.994	19.007
Veículos	16,7	18.936	(16.092)	2.844	3.237
Computadores e periféricos	16,2	68.415	(63.931)	4.484	4.906
Obras em andamento	-	67.066	-	67.066	105.044
Outros	9,6	169.053	(160.036)	9.017	10.051
		2.603.740	(1.658.669)	945.071	1.012.046
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado. A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2014	Adições	Baixas	Transferências de/para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	77.471	3.588	(12.828)	-	-	263	68.494
Edifícios	473.807	5	(11.442)	-	12.859	10.756	485.985
Instalações	284.707	2.605	(8.527)	(2)	6.360	(598)	284.545
Máquinas e equipamentos	1.270.676	10.780	(17.799)	(666)	41.499	29.236	1.333.726
UHE – Porto Estrela	37.534	18	-	-	-	-	37.552
Usinas (CTS)	15.871	1.365	-	-	-	-	17.236
Móveis e utensílios	48.367	1.664	(2.210)	(1)	1.327	3.585	52.732
Veículos	16.691	747	(594)	69	55	1.968	18.936
Computadores e periféricos	54.742	1.473	(847)	(1.222)	345	13.924	68.415
Obras em andamento	105.044	26.694	(2.488)	-	(62.468)	284	67.066
Outros	119.529	5	(36)	(67)	23	49.599	169.053
	2.504.439	48.944	(56.771)	(1.889)	-	109.017	2.603.740
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2014	Adições	Baixas	Transferên- cias de/para o disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	(22.388)	(7.520)	6.724	-	-	(94)	(23.278)
Edifícios	(188.376)	(11.188)	3.220	-	(2)	(10.761)	(207.107)
Instalações	(172.558)	(11.173)	2.998	-	(383)	219	(180.897)
Máquinas e equipamentos	(886.718)	(48.721)	13.658	(1.119)	27	(27.573)	(950.446)
UHE - Porto Estrela	(12.287)	(1.435)	-	-	-	-	(13.722)
Usinas (CTS)	(7.938)	(484)	-	-	-	-	(8.422)
Móveis e utensílios	(29.360)	(3.088)	1.018	1	5	(3.314)	(34.738)
Veículos	(13.454)	(1.199)	544	(68)	(12)	(1.903)	(16.092)
Computadores e periféricos	(49.836)	(2.287)	792	1.224	-	(13.824)	(63.931)
Outros	(109.478)	(1.461)	6	67	365	(49.535)	(160.036)
	(1.492.393)	(88.556)	28.960	105	-	(106.785)	(1.658.669)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$59.132 (R\$40.527 em 31 de dezembro de 2014) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2014	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2015
Custo	361.459	260	(15.579)	1.889	156.233	504.262
Depreciação	(283.066)	(1.036)	12.491	(105)	(123.594)	(395.310)
Provisão para perda	(37.866)	(53)	2.617	-	(14.518)	(49.820)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	40.527	(829)	(471)	1.784	18.121	59.132
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2015	2014
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	30.616
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas	16.307	16.307
Pontos comerciais (luvas)	39.643	45.348
Outros	22	22
Total	127.204	119.596

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2015 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA, atualmente denominada AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Saldos em 2014	Baixas	Variação cambial	Saldos em 2015
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	30.616	-	13.313	43.929
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.307	-	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	45.348	(5.705)	-	39.643
Outros	22	-	-	22
Total	119.596	(5.705)	13.313	127.204

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2015 foi de R\$41.310 (R\$32.713 em 2014). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2015 foi de R\$12.958 (R\$7.089 em 2014).

Prestações previstas para os próximos anos são apresentadas na tabela abaixo:

Anos	2015
2016	38.802
2017	36.326
2018	34.991
2019	30.750
2020	27.853

A partir de 2020, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$270.935.

Para o período de 2016 a 2024, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$60.670.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$27.655 (R\$17.108 em 31 de dezembro 2014), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$221.729 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2015	2014
Fornecedores no mercado interno	35.016	92.461
Fornecedores no mercado externo	128.216	84.466
	-----	-----
	163.232	176.927
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 30 dias (24 dias em 31 de dezembro 2014). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos saldos de compras financiadas de matéria-prima (algodão), no valor de R\$4.807 (R\$54.011 em 31 de dezembro de 2014).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	2015	2014
Moeda nacional:					
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	9.680	26.272
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 9,5	2023	12.046	29.950
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	118,5 e 120,0 do CDI	2016	82.140	75.504
Bradesco S.A.	R\$	134,0 do CDI	2016	24.342	27.535
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (b)	R\$	109,0 a 119,0 do CDI	2019	402.019	328.441
Banco Votorantim S.A. (b)	R\$	114,0 do CDI	2016	41.589	39.750
Banco Santander S.A.	R\$	120,0 e 123,5 do CDI	2017	57.338	45.241
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	117,8 e 121,0 do CDI	2016	105.341	104.684
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB) (b)	R\$	127,0 e 132,5 do CDI	2016	22.617	34.142
Banco ABC S.A.	R\$	124,0 do CDI	2016	7.412	-
Banco Santander S.A.	R\$	TJLP+3	2017	14.606	14.604
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP+3,0	2015	-	6.827
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,3	2015	-	17.407
Outros	R\$	-	2023	81	83
				779.211	750.440
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,25	2016	66.422	50.104
Banco Patagonia	\$ARG	15,3	2016	1.032	3.368
Banco Santander S.A.	US\$	4,5 e 6,2	2016	27.869	22.052
Banco do Brasil S.A.	US\$	3,4 e 3,5	2016	31.339	-
Banco ABC S.A.	US\$	4,2	2016	14.420	-
JP Morgan	US\$	Libor+0,85	2016	22.732	2.128
				163.814	77.652
Total				943.025	828.092
Circulante				(629.882)	(598.354)
Não circulante				313.143	229.738

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 117,8% e 121,0% do CDI com a mesma contraparte.

(b) Contemplam empréstimos da Controladora no valor de R\$95.799.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2016	2017	2018	2019 a 2023	Total
Moeda nacional:					
BNDES (Revitaliza)	9.680	-	-	-	9.680
BNDES (Finame)	2.777	2.807	2.761	3.701	12.046
Banco do Brasil S.A.	82.140	-	-	-	82.140
Bradesco S.A.	24.342	-	-	-	24.342
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE)	127.661	109.721	109.721	54.916	402.019
Banco Votorantim S.A.	41.589	-	-	-	41.589
Banco Santander S.A.	42.349	14.989	-	-	57.338
Banco Itaú BBA S.A. (a)	105.341	-	-	-	105.341
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	22.617	-	-	-	22.617
Banco ABC S.A.	7.412	-	-	-	7.412
Banco Santander S.A.	106	14.500	-	-	14.606
Outros	54	7	7	13	81
	466.068	142.024	112.489	58.630	779.211
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	66.422	-	-	-	66.422
Banco Patagonia	1.032	-	-	-	1.032
Banco Santander S.A.	27.869	-	-	-	27.869
Banco do Brasil S.A.	31.339	-	-	-	31.339
Banco ABC S.A.	14.420	-	-	-	14.420
JP Morgan	22.732	-	-	-	22.732
	163.814	-	-	-	163.814
Total	629.882	142.024	112.489	58.630	943.025
	=====	=====	=====	=====	=====

13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada indireta CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debenture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debenture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debenture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de dezembro de 2015, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 2015	Saldos em 2014
Circulante	135.000	(2.550)	2.034	134.484	1.685
Não circulante	135.000	(1.152)	-	133.848	263.748
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	270.000	(3.702)	2.034	268.332	265.433
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2015, todos os índices acima foram atendidos pela controlada indireta CSA.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2015 (*)	2014
Ordinárias	13.912.800	55.651.200
Preferenciais	16.723.657	66.894.628
	-----	-----
	30.636.457	122.545.828
	=====	=====

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76, no total de 122.545.828 de ações nominativas sem valor nominal, sendo 55.651.200 ações ordinárias e 66.894.628 ações preferenciais, todas representativas do capital social, na proporção de 4 ações para uma ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 30.636.457 de ações nominativas sem valor nominal, sendo 13.912.800 ações ordinárias e 16.723.657 ações preferenciais.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram a absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$515.908 com reservas de lucros e de incentivos fiscais.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2015	2014	2015	2014
Controladora:				
Wembley S.A.	46.273	34.260	-	-
Coteminas International Ltd.	81.405	50.744	-	-
Innotex International Ltd.	9.833	6.504	-	-
Coteminas S.A.	-	-	23.332	7.450
Companhia Tecidos Santanense	-	-	619	-
Springs Global Participações S.A.	84	-	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	11.705	4.714	-	-
	-----	-----	-----	-----
	149.300	96.222	23.951	7.450
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley S.A.	46.273	34.260	360	242
Innotex International Ltd.	9.833	6.504	-	-
Holtex Inc.	56	38	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	11.788	4.788	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	14	-	-	-
Seda Inc.	81	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	68.045	45.590	360	242
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros				
(consolidado)				
	2015	2014		
	-----	-----		
Wembley S.A.	5.421	3.216		
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	1.301	255		
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	100	181		
Innotex International Ltd.	235	172		
Seda S.A.	33	37		
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	29	42		
Econorte – Empr.Constr.Norte de Minas Ltda.	3	2		
	-----	-----		
	7.122	3.905		
	=====	=====		

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Conforme previsto no acordo de acionistas da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada indireta CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. Em 2015, foram provisionados pela controlada indireta SGUS a esse título o valor de R\$5.040 (R\$3.421 em 2014), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$5.563 (R\$3.797 em 31 de dezembro de 2014) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante no balanço consolidado. Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi decidida a rescisão dos contratos de prestação de serviços acima.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados por aquela controlada e suas investidas. Na controladora, foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$29.414 (R\$10.882 na rubrica “Outros contas a pagar” no passivo circulante e R\$18.532 na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante), referentes a avais sobre contratos já existentes. Esses valores são eliminados no balanço consolidado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situa seu parque fabril e os escritórios daquela controlada indireta. Em 2015, foram provisionados R\$3.289 (R\$3.289 em 2014) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e respectivo aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão à preços de mercado.

Em 2015 venceu o contrato de arrendamento operacional de aeronave mantida pela Companhia que foi devolvida a “lessor” no exterior. A Companhia e a controladora WSA, que posteriormente importou a aeronave, estão definindo a documentação e os termos de uso, a serem submetidos à apreciação e aprovação dos seus Conselhos de Administração, para a cessão dos direitos e obrigações da aeronave incluindo o eventual resultado a ser apurado quando da sua alienação ou baixa. Nenhuma das transações produziram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a Controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGPM desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. A Controlada indireta CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

17. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais têm validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado

obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do exercício.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes dos impostos	(73.420)	(76.452)	(68.719)	(97.620)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	78.566	62.265	73.528	45.689
Receitas não tributadas	-	-	(37.509)	(34.849)
Preços de transferência	-	-	-	1.523
Outras, líquidas	785	116	(1.144)	1.483
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	5.931	(14.071)	(33.844)	(83.774)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	(2.017)	4.784	11.507	28.483
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	-	-
Créditos fiscais não constituídos	(2.418)	(4.778)	(17.101)	(22.136)
Ajuste ao lucro presumido	-	-	-	(83)
Outros	52	(6)	(1.862)	1.398
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(4.383)	-	(7.456)	7.662
	-----	-----	-----	-----
Imposto sobre o lucro – corrente	-	-	(8.595)	3.543
Imposto sobre o lucro – diferido	(4.383)	-	1.139	4.119
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2015, a CSA possuía R\$506.222 em prejuízos fiscais (R\$507.750 em 31 de dezembro de 2014) e R\$511.773 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$513.281 em 31 de dezembro de 2014), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 2014	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2015
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	24.641	(16)	443	25.068
Prejuízo fiscal, líquido	40.170	13.966	-	54.136
Créditos fiscais de controladas no exterior	12.326	(5.159)	-	7.167
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	77.137	8.791	443	86.371
	=====	=====	=====	=====
Passivo:				
Diferenças temporárias passivas	(269)	(7.652)	(42)	(7.963)
Deságio em investimentos	(5.049)	-	-	(5.049)
	-----	-----	-----	-----
Passivo não circulante	(5.318)	(7.652)	(42)	(13.012)
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais serão realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2016	678
2017	6.607
2018	12.442
2019	19.050
2020 em diante	47.594

	86.371
	=====

Os passivos de imposto de renda e de contribuição social diferidos, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	402	957	21.935	19.759
Imposto de renda e contribuição social antecipados	3.292	4.910	25.849	33.899
PIS e COFINS a recuperar	8.210	8.210	10.120	16.329
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	925	6.712
VAT – China e México	-	-	1.609	1.329
IPI a recuperar	1.779	1.779	1.813	1.801
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.562	3.562
Reintegra	-	-	3.864	4.422
Outros impostos a recuperar	2	2	1.746	1.299
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	17.247 (3.294)	19.420 (4.912)	71.423 (42.175)	89.112 (55.800)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.953 =====	14.508 =====	29.248 =====	33.312 =====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$78.602 e R\$15.426, respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	791
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.456	2.456	5.281	6.287
PIS e COFINS	1.250	1.250	4.511	4.511
IPI bandeira estrangeira	3.301	3.301	3.301	3.301
Outras	327	328	1.958	2.226
Trabalhistas	1.224	957	15.800	13.586
Cíveis e outras	3.745	3.757	6.692	7.629
	-----	-----	-----	-----
	12.303 =====	12.049 =====	42.651 =====	42.648 =====
Depósitos judiciais	27.877 =====	27.337 =====	57.113 =====	53.259 =====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região

da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal, restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são polo ativos em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2014	Adições	Baixas	Saldos em 2015
Processos fiscais:				
Contribuição social	791	-	-	791
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.287	3.663	(4.669)	5.281
PIS e COFINS	4.511	-	-	4.511
IPI Bandeira Estrangeira	3.301	-	-	3.301
Outras	2.226	504	(772)	1.958
Trabalhistas	13.586	4.631	(2.417)	15.800
Cíveis e outras	7.629	69	(1.006)	6.692
	-----	-----	-----	-----
	42.648	8.867	(8.864)	42.651
	=====	=====	=====	=====

19. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	139.465	111.594
Custo do serviço	1.115	899
Custo dos juros	7.416	5.465
(Ganho) perda atuarial	(9.685)	19.117
Pagamento de benefícios	(14.462)	(11.861)
Variação cambial	62.769	14.251
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	186.618	139.465
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	37.079	31.740
Retorno sobre os ativos	(921)	3.318
Contribuições do empregador	12.493	9.881
Pagamento de benefícios	(14.462)	(11.861)
Variação cambial	16.586	4.001
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	50.775	37.079
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	135.843	102.386
	=====	=====

	2015	2014
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	4,00% a 4,50%	3,70% a 4,26%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,70% a 4,26%	4,30% a 5,05%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.115	899
Custo dos juros, líquido	4.539	3.327
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.654	4.226
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 54% em investimentos de renda variável e 46% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2015	2014
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	23.096	16.679
Renda fixa	26.904	19.747
Caixa e equivalentes de caixa	775	653
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	50.775	37.079
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$14.367 para os planos de benefício definido em 2016. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2016	15.355
2017	14.827
2018	14.464
2019	13.851
2020	13.489
2021 – 2025	62.581

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2015	2014
Provisão para plano de pensão	135.843	102.386
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	-	179
Outras provisões de benefícios a funcionários	8.367	7.270
Total do plano de aposentadoria e benefícios	144.210	109.835
Circulante (b)	(12.481)	(8.733)
Não circulante	131.729	101.102
	=====	=====

- (a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.
- (b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	5.749	550.094	895.864
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 31 de dezembro de 2015, esse valor representava R\$67.381, sendo R\$18.337 classificados no passivo circulante e R\$49.044 classificados no passivo não circulante

(R\$64.431, sendo R\$16.556 classificados no passivo circulante e R\$47.875 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2015, somam R\$23.830 (R\$25.247 em 31 de dezembro de 2014) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado na baixa de ativos, líquido de provisões para perdas (*)	25.247	(16.361)
Custos de adequação da capacidade de produção	(21.417)	-
Despesas de leasing não operacional	(12.152)	(5.215)
Resultado na recuperação de impostos	-	5.520
Outras, líquidas	(10.550)	11.130
	-----	-----
	(18.872)	(4.926)
	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2015		2014		2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	470	470	1.191	1.191	193.668	193.668	175.280	175.280
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	68.588	68.588	32.247	32.247
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	19.882	19.882	-	-
Duplicatas a receber	-	-	-	-	590.330	590.330	622.613	622.613
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	-	-	8.318	8.318	-	-
Outros créditos a receber	200	200	6.520	6.520	40.489	40.489	34.266	34.266
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	149.300	149.300	96.222	96.222	68.045	68.045	45.590	45.590
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	-	-	40.899	40.899	-	-
Outros créditos e valores a receber	2.061	2.061	2.061	2.061	11.686	11.686	28.453	28.453
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	95.800	95.800	105.385	105.385	629.882	629.882	598.354	598.354
Debenture (*)	-	-	-	-	134.484	134.484	1.685	1.685
Fornecedores	32	32	92	92	163.232	163.232	176.927	176.927
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	7.048	7.048	4.286	4.286
Outras contas a pagar	13.095	13.095	2.789	2.789	65.952	65.952	62.633	62.633
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	-	-	313.143	313.143	229.738	229.738
Debenture (*)	-	-	-	-	133.848	133.848	263.748	263.748
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	20.607	20.607	12.822	12.822
Partes relacionadas	23.951	23.951	7.450	7.450	360	360	242	242
Concessões governamentais	-	-	-	-	49.044	49.044	47.875	47.875
Outras obrigações	18.532	18.532	40	40	15.202	15.202	18.971	18.971

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis. Os valores justos dos instrumentos financeiros listados acima são determinados com base em dados não observáveis e, portanto, são classificados como nível III de informação.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como

ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Investimentos em controladas	121.051	104.451
Obrigações de controladas (SGUS)	(61.360)	(60.879)
	-----	-----
	59.691	43.572
	=====	=====
Em milhares de Dólares equivalentes	15.287	16.403
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	1.234	2.923
Duplicatas a receber	74.355	54.795
Fornecedores	(1.794)	(2.307)
Empréstimos e financiamentos	(73.628)	(22.052)
Partes relacionadas	201.069	137.901
	-----	-----
Total da exposição em Reais	201.236	171.260
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	51.536	64.476
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2016	Baixa do Dólar	43	(5.578)	(4.225)	(2.872)
2018	Baixa do Dólar	51.493	83.789	12.572	(58.641)
		-----	-----	-----	-----
		51.536	78.211	8.347	(61.513)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	2015	2014	2015	2014
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,72 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$15.000 mil, com vencimento em 30.06.2016	15.000	-	14.149	-
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,12 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$7.000 mil, com vencimento em 31.03.2016	7.000	-	5.733	-
Total ativo circulante	22.000	-	19.882	-
	=====	=====	=====	=====

(1) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas--são classificados e registrados pelo seu valor justo por meio do resultado e visam proteger o risco de variação cambial nas compras de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Embora a controlada indireta CSA utilize estes derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), não foi adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”) para estas transações.

Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para as operações realizadas no Brasil e Banco Central da Argentina para as operações realizadas na Argentina, como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente das instituições financeiras contraparte que avaliam esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados nos órgãos competentes e não estão sujeitos a depósitos de margem. Em 2015, foi registrada um ganho de R\$31.076 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, e pelos contratos a termo acima, não houve outra aplicação em derivativos envolvendo taxas de câmbio em 2015 e 2014.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Vencimento	País	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
				Provável	II	III
2016	Argentina	Baixa do Dólar	22.000	19.882	(4.079)	(28.029)
			=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos), demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2015 e 2014, não houve contratação de derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 15. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Exceto pelo swap contratado mencionado na nota 12.a, não houve derivativos envolvendo taxas de juros em 2015 e 2014.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2015			2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	-	-	-	-	236.157
Contrato de empréstimo -- Juros: 113,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2016	-	-	-	-	43.529

Descrição	2015			2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 116,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2015	-	-	-	-	27.320
Contrato de empréstimo -- Juros: 112,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	-	-	-	-	21.435
Contrato de empréstimo -- Juros: 119,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: dezembro/2018	165.000	103	-	165.103	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 110,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2019	165.000	672	(922)	164.750	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: junho/2016	25.000	273	(10)	25.263	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 111,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NC Vencimento: março/2016	25.000	73	-	25.073	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2016	22.000	-	(170)	21.830	-
(referência à nota explicativa nº 12)				402.019	328.441
Contrato de empréstimo -- Juros: 114,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2016	40.000	1.660	(71)	41.589	39.750
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	30.000	536	(128)	30.408	30.055
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	2.500	89	(24)	2.565	7.593
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	2.500	89	(24)	2.565	7.593
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016	20.000	2.010	(210)	21.800	-
(referência à nota explicativa nº 12)				57.338	45.241
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	66.667	3.830	-	70.497	104.684

Descrição	2015			2014
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 117,8% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2016	33.000	1.844	-	34.844
(referência à nota explicativa nº 12)				105.341
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2016	15.000	252	-	15.252
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2016	7.292	73	-	7.365
(referência à nota explicativa nº12)				22.617
Contrato de empréstimo -- Juros: 124,0% do CDI Contraparte: Banco ABC S.A. Vencimento: junho/2016	7.500	-	(88)	7.412
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	270.000	2.034	(3.702)	268.332
	896.459	13.538	(5.349)	904.648
	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2016	Alta do CDI	813.219	95.947	136.198	164.462
2017	Alta do CDI	390.545	47.539	73.684	88.963
2018	Alta do CDI	129.282	18.962	29.358	35.371
2019	Alta do CDI	55.669	2.925	4.339	5.236
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à

seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.089.705	713.005	315.429	60.357	914
Debênture	312.583	168.093	144.490	-	-
Fornecedores	165.792	165.792	-	-	-
Partes relacionadas	360	-	360	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.568.440	1.046.890	460.279	60.357	914
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	95.800	105.385	943.025	828.092
Debênture	-	-	268.332	265.433
Caixa e equivalentes de caixa	(470)	(1.191)	(193.668)	(175.280)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(68.588)	(32.247)
Instrumentos financeiros	-	-	(19.882)	-
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	95.330	104.194	929.219	885.998
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	877.874	968.118	1.499.652	1.600.754
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	973.204	1.072.312	2.428.871	2.486.752
	=====	=====	=====	=====

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem

como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2015						
	América do Sul				América do Norte	(*)Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	1.152,9	265,4	339,6	1.757,9	923,8	(103,8)	2.577,9
Custo dos produtos vendidos	(803,7)	(144,1)	(293,0)	(1.240,8)	(784,3)	103,8	(1.921,3)
Lucro bruto	349,2	121,3	46,6	517,1	139,5	-	656,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(208,4)	(149,1)	(57,1)	(414,6)	(82,4)	(30,6)	(527,6)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(73,5)	(73,5)
Outras, líquidas	7,7	(6,2)	(5,9)	(4,4)	(13,6)	(1,0)	(19,0)
Resultado operacional	148,5	(34,0)	(16,4)	98,1	43,5	(105,1)	36,5
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(105,2)	(105,2)
Resultado antes dos impostos	148,5	(34,0)	(16,4)	98,1	43,5	(210,3)	(68,7)
Depreciação e amortização	63,3	11,2	10,9	85,4	4,2	-	89,6
Total de ativos	2.092,6	198,7	423,2	2.714,5	461,2	153,3	3.329,0
Total de passivos	(1.042,4)	(101,5)	(172,6)	(1.316,5)	(512,1)	(0,7)	(1.829,3)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.050,2	97,2	250,6	1.398,0	(50,9)	152,6	1.499,7

	2014						
	América do Sul				América do Norte	(*)Outras não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		Total
Receita operacional líquida	1.180,0	283,1	406,4	1.869,5	698,2	(118,1)	2.449,6
Custo dos produtos vendidos	(840,2)	(149,3)	(339,4)	(1.328,9)	(622,1)	118,1	(1.832,9)
Lucro bruto	339,8	133,8	67,0	540,6	76,1	-	616,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(206,7)	(161,1)	(61,1)	(428,9)	(66,0)	(26,3)	(521,2)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(45,7)	(45,7)
Outras, líquidas	1,0	(4,1)	5,0	1,9	(5,5)	(1,3)	(4,9)
Resultado operacional	134,1	(31,4)	10,9	113,6	4,6	(73,3)	44,9
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(142,5)	(142,5)
Resultado antes dos impostos	134,1	(31,4)	10,9	113,6	4,6	(215,8)	(97,6)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	67,3	12,9	14,1	94,3	5,8	0,1	100,2
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total de ativos	2.032,7	228,9	441,4	2.703,0	322,7	231,0	3.256,7
Total de passivos	(1.013,4)	(87,1)	(169,8)	(1.270,3)	(375,9)	(9,7)	(1.655,9)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.019,3	141,8	271,6	1.432,7	(53,2)	221,3	1.600,8
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2015	2014
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	1.083,6	1.087,9
Utility bedding	718,0	492,6
Produtos intermediários	510,9	586,0
Varejo	265,4	283,1
	2.577,9	2.449,6
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	35,5	41,7
Utility bedding	42,5	40,7
Produtos intermediários	39,4	46,2
	117,4	128,6
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2015 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

24. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2015	2014
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.806.802)	(1.643.939)
Benefícios a empregados	(515.689)	(486.081)
INSS	(43.652)	(36.330)
Depreciação e amortização	(89.580)	(100.222)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	94.811	16.725
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	41.152	10.964
Outros custos e despesas	(129.209)	(115.180)
	=====	=====
Total das despesas por natureza	(2.448.969)	(2.354.063)

Por função:

	Consolidado	
	2015	2014
Custo dos produtos vendidos	(1.921.333)	(1.832.895)
Vendas	(327.910)	(339.764)
Gerais e administrativas	(185.725)	(167.617)
Honorários da administração	(14.001)	(13.787)
	=====	=====
Total das despesas por função	(2.448.969)	(2.354.063)

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	3.090.181	3.015.425
Deduções das vendas	(512.319)	(565.842)
	=====	=====
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.577.862	2.449.583

26. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2015	2014	
	Com grupamento	Com grupamento	Sem grupamento
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(77.803)	(76.452)	(76.452)
Número médio ponderado de ações:			
Ordinárias	13.912.800	13.912.800	55.651.200
Preferenciais	16.723.657	16.723.657	66.894.628
	-----	-----	-----
	30.636.457	30.636.457	122.545.828
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	(2,5396)	(2,4955)	(0,6239)
	=====	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações em circulação, ajustado pelas emissões, resgates e cancelamentos do exercício.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia naquela data, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Por esse motivo, a Companhia apresenta para fins comparativos o prejuízo básico e diluído por ação de 2014, aplicando-se o grupamento naquela data.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * *